

12.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA
5.ª LEGISLATURA, EM 5 DE ABRIL DE 1963PRESIDÊNCIA, do Sr. *Ciro Albuquerque*SECRETÁRIOS, Srs.: *Floro Pereira da Silva, Januário Mantelli Neto,*
José Felício Castellano e Oswaldo S. Massei

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 22,30 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Adhemar Monteiro Pacheco — Anselmo Farabulini Júnior — Antônio Donato — Araripe Serpa — Arivaldo Roscillo — Benedito Realindo Corrêa — Camillo Ashcar — Carlos Kherlakian — Chopin Tavares de Lima — Cid Franco — Conceição da Costa Neves — Costabile Romano — Ciro Albuquerque — Diogo Nomura — Domingos José Aldrovandi — Domingos Lot Neto — Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho — Floravante Iervolino — Floro Pereira da Silva — Francisco Amaral — Francisco Franco — Francisco Scalaman-dré Sobrinho — Galileu Blecudo — Gilberto Geraldo Siqueira Lopes — Gualberto Moreira — Hélio Bernardi — Hilário Torloni — Homero Silva — Hozair Motta Marcondes — Israel Dias Novais — Jamil Assuf Dualibi — Jamil Gadia — Januário Mantelli Neto — João Batista Botelho — Joaquim Gouveia Franco Júnior — Joaquim José da Cruz Secco — José Adolpho Chaves de Amarante — José Alfredo do Amaral Gergel — José Blota Júnior — José Felício Castellano — José Luiz Cembraneli — José Lurtz Sabia — José Rosa da Silva — José da Silveira Sampaio — Leonardo Barbieri — Leonidas Ferreira — Lúcio Casanova Neto — Manoel Joaquim Fernandes — Mário Telles — Maurício Leite de Moraes — Modesto Guglielmi — Nabil Abi Chedid — Nadir Kenan — Nelson Pereira — Onofre Sebastião Gossien — Orlando Gabriel Zancaner — Orlando Iazetti — Oswaldo Rodrigues Martins — Oswaldo Santos Ferreira — Oswaldo S. Massei — Paulo de Castro Prado — Paulo Nekandakare — Paulo Planet Buarque — Pedro Geraldo Costa — Pedro Paschoal — Raul Schwinden — Renato Cordeiro — Roberto Cardoso Alves — Semi Jorge Resegue — Sival Antunes de Souza — Ubirajara Keutenedjian — Valério Giuli — Venício Camillo Giachini — Wilson Nogueira Lapa — Olavo Horneaux de Moura e Luciano Nogueira Filho, e ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Alfredo Ignácio Trindade — Altmar Ribeiro de Lima — Antônio Morimoto — Augusto do Amaral — Benedito Matarazzo — Carlos René Egg — Cassio Ciampolini — César Arruda Castanho — Francisco Salgot Castillon — Gustavo Martini — Ioshitumi Utiyama — Jacob Pedro Carolo — Jacob Salvador Zveibil — Jayme Daige — João Hornos Filho — João Mendonça Falcão — José Costa — José Francisco Archimedes Lammógia — José Jorge Cury — José Santilli Sobrinho — José Sidney Cunha — Juvenal de Campos — Lauro Gomes de Almeida — Leônicio Ferraz Júnior — Murilo Sousa Reis — Nagib Chaib — Nicola Avalone Júnior — Onair Zomignani — Pinheiro Júnior — Roberto Gebara — Ruy de Almeida Barbosa — Ruy de Mello Junqueira — Shiro Kyono — Sólton Borges dos Reis — Lopes Ferraz — José Salvador Julianelli — Muzetti Elias Antônio e Odilo Antunes Siqueira.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura de Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

Entra em votação, e é aprovado, sendo rejeitado o veto, o Projeto de lei n.º 470/61, (Autógrafo n.º 8.522) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Israel Dias Novais, criando no Hospital Geral do DAMPSE, o Instituto de Fisiologia e Patologia do Cerebro. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado (Prazo 12-4-63).

Entra em votação, e é rejeitado, sendo acolhido o veto, o Projeto de lei n.º 708/61 (Autógrafo n.º 8.548), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Leônicio Ferraz Júnior, instituindo o Festival de Música Popular Brasileira, em Santa Rita de Passa Quatro. Incluído na Ordem do Dia sem Parecer de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12-4-63).

Entra em discussão e é sem debate rejeitado, sendo acolhido o veto, o Projeto de lei n.º 1.003/62 (Autógrafo n.º 8.643), vetado totalmente, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves dispor sobre aposentadoria com vencimentos ou salários proporcionais ao tempo de serviço, a servidora pública. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. Prazo 12-4-63.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Para reclamação) — Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os Srs. Secretários a auxiliarem a Mesa na verificação de votação.

Os Srs. deputados que acolherem o projeto, rejeitando o veto, quiseram responder "sim", os que o rejeitarem o projeto, acolhendo o veto, queiram responder "não".

— É feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à verificação de presença 53 Srs. deputados. 28 responderam "sim"; 24 responderam "não". Não há quorum para deliberação.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Wilson Lapa, que não pode ser submetido à consideração do Plenário, por falta de quorum.

Entra em discussão o Projeto de lei n.º 936-61 (Autógrafo n.º 8645), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Farabulini Júnior, isentando do imposto de vendas e consignações as vendas de gêneros alimentícios feitas pelos feirantes. Incluído na ordem do dia sem parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 13-4-63).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para discutir, o nobre deputado José Lurtz Sabia.

O SR. JOSE LURTZ SABIA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, a Casa aprecia, neste momento, o veto oposto pelo Sr. Governador ao Projeto de lei n.º 936-61. Foi designado relator especial deste projeto o nobre deputado Hilário Torloni, líder da maioria nesta Casa.

É um paradoxo que a bancada da maioria nesta Assembleia já se tenha mesmo declarado favorável ao veto e contrária ao projeto, pois, na legislatura passada, foi aprovado nesta Casa o Projeto de lei n.º 1.035, que isentava do imposto de vendas e consignações os comerciantes atacadistas, projeto que, após ter sido transformado em lei, foi vetado pelo Sr. Governador, cujo veto foi derrubado nesta Casa, o que trouxe aos cofres públicos estaduais um prejuízo assustador, da ordem de 25 a 30 bilhões de cruzeiros.

Admirar-me que a maioria parlamentar nesta Casa não tenha ainda lutado para que uma emenda apresentada pelo nobre deputado José Felício Castellano venha a Plenário, para revogar o artigo 2.º da Lei n.º 7.832, ao que me parece. O que é estranho é que aquele projeto aprovado por esta Casa, que isentava do imposto de vendas e consignações os magnatas do comércio de São Paulo, tenha passado por esta Casa e tenha sido derrubado o veto do Sr. Governador. E agora, quando se apresenta um projeto para isentar do imposto de vendas e consignações os feirantes ou ambulantes, a maioria não dá atenção. Ainda mais, o próprio relator especial do projeto, o nobre deputado Hilário Torloni, agora líder da maioria nesta Casa, manteve há alguns dias, ou um mês, talvez, um diálogo esplêndido com o nobre deputado Farabulini Júnior, autor do projeto, diálogo a que assisti, quando perguntou se seria interessante a sanção do projeto ou o veto ao projeto. Lembra-se, nobre deputado Farabulini Júnior? Foi até aventado se se a faria festa da derrubada do veto no Palácio ou aqui no plenário. O líder da maioria, meu companheiro Hilário Torloni, tem uma memória fraquíssima e é possível que não se lembre do ocorrido. Mas eu estava presente. Era até também interessado na aprovação do projeto o ex-deputado Antônio Sampaio. Lembra-se, nobre deputado Farabulini Júnior? Ainda bem que V. Exa. tem boa memória. E eu estranho que o nobre deputado líder do governo nesta Casa tenha deixado o projeto para ser apreciado no último dia, ou no último instante do prazo, já que o projeto cairá por decurso de prazo.

O Sr. Oswaldo F. Martins (Com assentimento do orador) — Veja V. Exa., nobre deputado José Sabia: permanecemos nesta Casa até uma hora da madrugada de hoje. Voltamos à tarde e aqui estamos até às 11:00 horas da noite, sem que possamos deliberar definitivamente sobre o veto do Sr. Governador. Ainda ontem compareceram a esta Assembleia comitivas de todo o interior do Estado, que acreditavam que esta Assembleia iria decidir e dar aos feirantes as mesmas vantagens que já haviam sido dadas, em fevereiro, aos tabuleiros do alto comércio de São Paulo. E veja V. Exa. que, com todo esse agravante, quando os jornais noticiam com estardalhaço a preocupação do povo com o problema que se agrava dia a dia, com as declarações do governador da Guanabara, esta Casa, dentro de poucos minutos, encerrará esta sessão e

só no dia 15 reabrirá suas portas. E ficaremos nós, durante a Semana Santa, na expectativa de um golpe que, diz o governador da Guanabara, já está nas ruas. É incrível que esta Assembleia, que hoje conta com 23 dias da nova legislatura, não eucare com seriedade as suas responsabilidades. É incrível que em apenas 23 dias o povo, principalmente os novos deputados, já vão aos poucos se desiludindo com a própria Casa de leis em que vivem. É incrível que aquelas delegações que ontem aqui estiveram e que encheram essas galerias e que foram para as suas cidades aguardando que no dia ou na noite de hoje esta Casa deliberasse sobre este veto, dentro de poucos minutos, vejam que se encerrará esta sessão caindo o veto por decurso do prazo, sem que os Srs. deputados tomem posição em favor de uma categoria profissional sacrificada, que levanta às 3 horas da madrugada, com homens, acompanhados de suas esposas ou de seus filhos, armando as suas barraquinhas nas feiras-livres, sem o que esta Casa de leis lhes dê um pouco de ajuda na sua difícil sobrevivência. Por incrível que pareça, este projeto foi vetado pelo Sr. Governador no dia 14 de março, dia em que compareceu a esta Casa e apresentou a sua mensagem lida pelo Sr. Secretário da Mesa, na qual declara que a meta é o homem.

O SR. JOSE LURTZ SABIA — "The man".

O Sr. Oswaldo Ferreira Martins — E alguns dias apenas vão os nobres deputados e o povo verificando que, na segunda convocação noturna, nega-se "quorum", aumenta-se o número de deputados e não se consegue "quorum" e o povo lá fora vai, dia a dia, desacreditando do Poder Legislativo, desacreditando dos homens que foram eleitos há poucos meses mas que já iniciam muito mal o cumprimento do seu mandato. Ainda ontem, permanecemos nesta Casa, e V. Exa., nobre deputado José Sabia, mais o companheiro deputado Esmeraldo Tarquínio nos retiramos de madrugada. Voltamos e aqui estamos esperando que deem número para, pelo menos, podermos votar e assumirmos uma posição a favor ou contra o veto. Mas nenhum deputado. Existe sobre a mesa um requerimento do nobre deputado Esmeraldo Tarquínio, pedindo a esta Casa que segunda, terça e quarta-feira houvesse sessão, mas não poderemos aprovar isto por falta de número e enquanto isso verificarei, na vinda de Santos, hoje, para São Paulo, há apreensão do povo nas ruas, no comércio, nos bancos pelas notícias alarmantes não só do Sr. Presidente da República como do próprio Governador da Guanabara. Nós, dentro em breve, dentro de poucos minutos, iremos gozar as delícias do descanso da Semana Santa, pedindo a Deus que no dia 15 possamos voltar a esta Casa, porque não estaremos alertas como deveríamos estar aos acontecimentos que se estão passando nas ruas, declarados nos cabeçalhos dos jornais, sem que tomemos uma posição, sem que esta Casa, no dia de ontem, de hoje, tenha sequer feito referências aos acontecimentos e às declarações do Governador da Guanabara.

É possível que neste meu Juízo destes acontecimentos esteja eu errado. V. Exa. como os Srs. deputados, devem ainda ter em mente que foi assim, num programa de televisão como este que há poucos dias fez o Governador Carlos Lacerda, que tivemos os fatos desenvolvidos em 25 de agosto de 1961, em que este país perdeu um grande presidente da República. Como foi assim em 1954, quando o Brasil viu o Sr. Presidente da República ir ao suicídio. E há dias, voltou o Sr. Carlos Lacerda a agitar a nação em declarações que a prejudicam. Volta e meia culpam os sindicatos, culpam os trabalhadores quando fazem uma paralisação justa e honesta em busca de um pouco mais de pão para a sua família. Acusam os trabalhadores das agitações mas não culpam os políticos, os maus políticos profissionais que trazem volta e meia esta pátria sobressaltada ante um perigo eminente de golpe. Não culpam e não aparecem nas tribunas das assembleias os homens que deveriam criticar esses políticos que criticam os movimentos grevistas. Mas acredito que muito mais prejudica esta nação o Governador da Guanabara com essas declarações intempestivas, ditas quase todo o ano. Alega S. Exa. que há comunismo no governo de Jango como alegou em 1961, dizendo que havia um perigo eminente de um golpe comunista no governo de Jânio. No Rio, Sr. Presidente, fazem esses maus políticos a indústria do anti-comunismo. Mantém-se nos cabeçalhos dos jornais pela autoridade e facilidade que tem como Governador de ocupar um programa de televisão e atacar o chefe da nação com calúnias, com mentiras, gerando intrigas, gerando ódios, formando uma reação organizada. Ai estão os cabeçalhos dos jornais com declarações de generais, de almirantes, de coronéis, e esta Casa não se pronuncia sobre nada, como se estivéssemos num estado afastado deste perigo eminente. Eu peço a Deus, e tenho a certeza que V. Exas. também o pedem, para que no dia 15 nós possamos voltar a esta Casa depois de mantermos o devido respeito à Semana Santa e de termos a oportunidade de analisar esses fatos nas suas minúcias e responsabilizar e marcar nos anais desta Casa o mal que tais declarações e tais situações criam no país, dando uma desconflança no nosso crédito externo, ameaçando de paralisação eminente nos nossos negócios externos. Ainda hoje, quando fui ao Banco de Minas Gerais em Santos verifiquei a apreensão do gerente: "O Sr. é político, o que me diz desta situação?" Este é o medo, é o respeito. Esta é a situação na rua, que esta Casa não vive. Para isso aqui estamos; para examinar e para votar esses vetos; mas, infelizmente, nem número, nem presença temos para poder fazê-lo.

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Muito obrigado pelo seu aparte, nobre deputado Oswaldo Rodrigues Martins.

Quero dizer também que, ontem à noite, precisamente a uma hora da manhã, lavrava o meu protesto pelo não comparecimento de número regimental para votação desses vetos. Realmente, V. Exa. abordou neste aparte o momento crítico que atravessa a política nacional. V. Exa. situou muito bem que esta Casa, que a Casa do Povo, que deveria manter vigília, para salvaguardar o regime, porque este é o poder fundamentalmente ligado diretamente ao povo, e nesta hora precisamente que ela encerrar, dentro de meia hora, suas atividades, para reiniciar seus trabalhos no dia 15, quando aqui deveriam estar, firmes, todos os Srs. deputados, para se pronunciar, para dar seus pareceres, seus pontos de vista, demonstrando a vitalidade do Poder Legislativo, demonstrando a substância deste Poder.

No entanto, ai estão as cadeiras vazias.

O Sr. Esmeraldo Tarquínio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Que pena que não tenhamos nesta noite a discussão e votação de toda a matéria constante da Ordem do Dia, todos estes vetos, dentre eles alguns de importância! Que pena que grande parte dos Srs. deputados tenha deixado de vir à Casa, cumprir com as suas obrigações.

Muitos Srs. deputados às vezes me criticam quando falo de maneira rude, sincera e leal, porque vejo a irresponsabilidade por parte de muitos dos nossos colegas, que não dão importância à representação, tão pouco ao Parlamento. Que desconsideração para com o Parlamento e para com o povo! Nesta noite aqui deveria estar presente pelo menos a maioria dos Srs. deputados. Em duas verificações de presença, constatou-se que apenas estavam presentes 53 Srs. deputados.

Tem o aparte o nobre deputado Esmeraldo Tarquínio.

O Sr. Esmeraldo Tarquínio — Devo dizer a V. Exa., inicialmente; pobre Assembleia! Recordo-me da frase de um estadista norte-americano do século passado, que dizia nas ruas, porque lhe era inconveniente dizê-lo no Congresso: "Don't go too far" — não vão tão longe! Não vão tão longe, nobre colegas, maioria constituída e organizada, maioria que, entretanto, deixa que a Assembleia aprove, facilmente, num sem número de vetos, aprove, facilmente, um sem número de vetos, fazendo com que se omita o Poder Legislativo — como disse V. Exa. — na essência da sua obrigação. Jesus, onde nós estamos? Se nós, durante a crise de agosto, na Câmara Municipal de Santos, ficamos 10 dias em vigília constante; ficamos 10 dias em sessão permanente, discutindo e aprovando a ação daqueles que resistiam, resistiam ao mesmo impacto que se pretende dar agora? Se nós, durante aqueles 10 dias que abalaram o País, permanecemos naquela vigília heroica, de que, com muita honra brasileira fiz parte; se nós, durante aquela vigília histórica, estivemos atentos, em defesa das iniciativas. Agora, nós mesmos somos levados a este amargo testemunho de abandono das bancas desta Casa, deste plenário, justamente pelos homens da maioria, porque eles, maioria sendo, podem ganhar, têm maioria para ganhar. Mais permanecemos! A época, a hora, o momento, o instante não é de abandono. (Muito bem!) É época, a hora, o momento, o instante é de alto perigo para as instituições democráticas. Nós não éramos nascidos, e tivemos 22, tivemos 24. Nasceram em 1927, e estivemos 32, tivemos 35...

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Trinta e sete.

O Sr. Esmeraldo Tarquínio — tivemos 37